

# O PARADOXO DA GÊNESE DE PALMAS

**BENVINDO, Rosângela A. F.**

Arquiteta e Urbanista. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo Minter UFT/UnB. End.: 112 SUL Rua SR-5 Lt 02 CEP: 77.020-174, Palmas – TO. Contatos: (63) 98448-5112 / rosangela.arqurb@gmail.com

## **Resumo**

Este artigo relata o paradoxo da gênese de Palmas, expondo por meio da análise da relação do discurso político ideológico e da cidade “neutra” moderna, o processo de planejamento e evolução urbana, revelando as principais implicações dos fenômenos urbanos contemporâneo da fragmentação, segregação sócio-espacial e da dispersão urbana no território das cidades. A priori, parte-se do desdobramento da frase “Só se perguntássemos às vacas” dita, em 1999, no I Seminário de Arquitetura e Urbanismo de Palmas por Walfredo Antunes, um dos idealizadores do projeto urbanístico da capital do Tocantins<sup>1</sup>. Com este desdobramento, aborda-se o processo de ocupação territorial de Palmas, desde o início de sua fundação, com ênfase nas lições urbanísticas brasileira das cidades de Goiânia e Brasília, cidades-capitais planejadas no século XX. Estas três cidades experimentam das lições do urbanismo das cidades-jardins e da Carta de Atenas, sendo implantadas ao sabor da modernização da política brasileira no Brasil rural.

## **Introdução**

Uma grande pastagem ocupada por uma população de gado bovino. Esta era a característica do território de Palmas. Conforme relata Antunes, as vacas, primeiros habitantes “fêmeas” da espécie zebuína, eram maioria. Com a afirmação de Antunes, o planejamento da cidade partiu do pressuposto de uma terra não-ocupada, sem história e sem manifestações culturais. A afirmação se apresenta pouco fundamentada, revelando certo descaso com o planejamento urbano e com o povo tocantinense.

Na criação do Estado do Tocantins, por meio da constituição de 1988, o discurso político ideológico de Siqueira Campos em dinamizar o crescimento econômico e assistir uma população esquecida do então, norte-goiano, fez florescer ainda mais a ideologia modernista do território neutro. Tais condicionantes revelam a anti-posição à cultura consolidada das cidades existentes antes da criação do Estado e a formação de um espaço ilegível, de imagem “fraca”. Além, do aspecto morfológico descaracterizado, a cidade traduz, por meio das expressões do movimento moderno, um espaço fragmentado, segregado e disperso.

Em território neutro, nascem, também, as capitais de Goiás e do Brasil. A marcha para oeste de “Getúlio Vargas” na década de 1930 imprime a hostilidade ao tratamento do território. Com os

discursos de criação das três cidades, a forma como foram implantadas elevou os custos da terra sustentados por medidas do Estado e expulsou a parcela de baixa renda da população para fora dos limites físicos do plano.

Em Palmas, o Estado detentor das terras urbanas favorece o interesse privado e adquire terras fora da área do plano para atender a demanda habitacional da população de menor poder aquisitivo. As ruas das quadras, que eram para ser integradas ao sistema viário local, apresentam-se como espaços fechados pelos muros dos lotes. A ocupação contraditória afasta o pedestre das ruas tornando-as espaços hostis de circulação de veículos. Neste espaço, os encontros de pedestres são pouco freqüentes; a separação dos usos privilegia a utilização do veículo; o zoneamento rígido dificulta a mobilidade urbana e contribui com a elitização da cidade; e os altos custos da terra proporcionados pela elitização das quadras favorecem ao processo de invasão e segregação por parcelas da população.

Neste cenário, a somatória do urbanismo moderno brasileiro e o desmando do estado autoritário repercutem na forma de apropriação do solo urbano. A análise da afirmação urbanística do Estado moderno nos conduzirá ao percurso ideológico que levaram seus idealizadores a seguir os princípios das quatro funções da Carta de Atenas, mesmo depois de decorrido 13 anos da Carta de Machu Pichu, que vem, após 45 anos, contradizer ao zoneamento das funções urbanas instituída pelo movimento moderno.

## **A ideologia política de interiorização do Brasil e a formação das cidades capitais brasileira**

Na primeira metade do século XX, o Brasil, atraído pelo capital externo, inicia o processo de modernização econômica, percebido, principalmente, no Rio de Janeiro e São Paulo. Surge, neste período, a expansão fabril impulsionada pela ampliação e implantação da malha viária e ferroviária interligadas ao pólo marítimo de Santos e Niterói. Diante de tal cenário, as cidades capitais brasileiras, principalmente da região sudeste, aumentam aceleradamente o seu contingente populacional advindo dos processos de migração interna, por meio do êxodo rural, e das correntes imigratórias, vindas, principalmente, de alguns países da Europa e Ásia.

A concentração de investimentos na região sudeste fomenta o discurso político de Getúlio Vargas no projeto de interiorização do país. As mudanças políticas e administrativas do Brasil na década de 1930 intensificaram a marcha para o Oeste. Impulsionado de um lado pela crise do café e do outro pela industrialização do país, o programa Marcha para o Oeste tornou-se o símbolo da ocupação do Centro-oeste com a construção de Goiânia, com a Política de interiorização do país implementada pelo governo de Getúlio Vargas, que buscava a ocupação da Amazônia Legal e a modernização do Estado brasileiro. Esse programa, com a modernidade política do movimento de 1930 e a introdução de uma nova expansão capitalista, introduziu a formação de novos centros

urbanos e econômicos e o estabelecimento de agroindústrias no centro-oeste, o que ocorreu essencialmente com o protecionismo do Estado. (MORAES, 2003, p.15)

No campo político, Goiânia (1930), Brasília (1960) e Palmas (1990) marcam as mudanças social, econômica e política do Brasil embalados na corrente de interiorização do país, com a marcha para o oeste. As três cidades representam a modernização urbana de uma parte do Brasil rural. Para Moraes (2003) Goiânia constitui a ponta de lança para a transformação do cerrado em uma nova paisagem urbana.

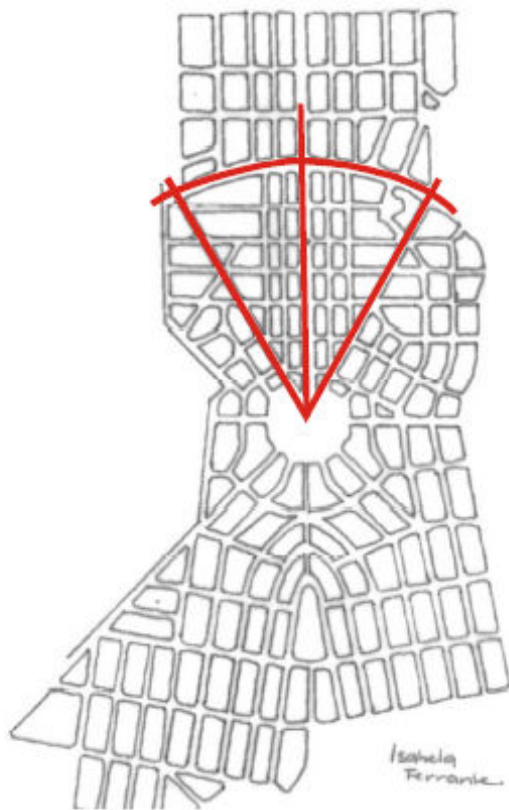
### **Goiânia, Brasília e Palmas**

No cenário nacional, as cidades de Goiânia, Brasília e Palmas constituem grandes centros econômicos que criam condições de acelerar a expansão capitalista da região central do País, gerando transformações que mesclam o urbano e o rural. Esses novos pólos urbanos foram estabelecidos pelo Estado como meio de complementar os movimentos de interesses privados, ao sustentar as condições materiais para a expansão do capital privado, onde o capital foi introduzido pela modernização do campo e pela construção das cidades planejadas. (MORAES, 2003, p.149)

Moraes (2003) definiu a utopia da modernização urbana no Brasil rural, como uma modernização conservadora em que o Estado garante a manutenção de uma estrutura fundiária que privilegia a classe burguesa e promove a segregação do homem de menor poder aquisitivo. (MORAES, 2003, p.150)

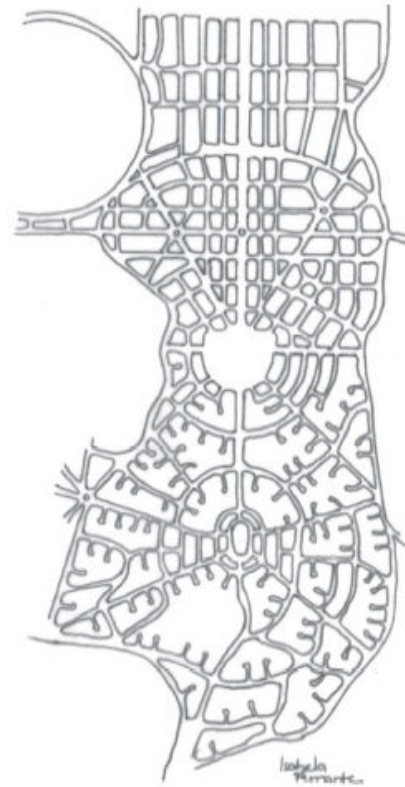
No campo urbanístico, os projetistas das três cidades buscaram as ideologias das teorias da cidade-jardim de Ebenezer Howard (Goiânia) e do urbanismo moderno referendado nos CIAMs<sup>2</sup> (Brasília e Palmas), como forma de afirmar o Estado Moderno Brasileiro.

O traçado de Goiânia segue a teoria das cidades-Jardins de Ebenezer Howard, o setor central projetado por Atilio Corrêa Lima, concentra o espaço administrativo da capital e o setor sul, projetado por Armando Augusto Godoy, o traçado se adequa a escala residencial do bairro. No início a ocupação atendeu ao plano, depois o Estado favorece os mecanismos de percepção de renda por parte dos proprietários privados do solo, baseado fundamentalmente na política de investimentos urbanos, levados a efeito pelo Estado. (Moraes apud Schmidt). Com a valorização da terra, ampliam-se os vazios urbanos e o Estado cria grandes áreas periféricas planejadas para abrigar a população de menor poder aquisitivo. (MORAES, 2003, p.118-125) (Figura 01)



*Projeto da Cidade de Goiânia – Atilio Corrêa Lima.*

Desenho: Isabela Ferrante



*Projeto para o Setor Sul do arquiteto Armando Augusto de Godói.*

Desenho: Isabela Ferrante

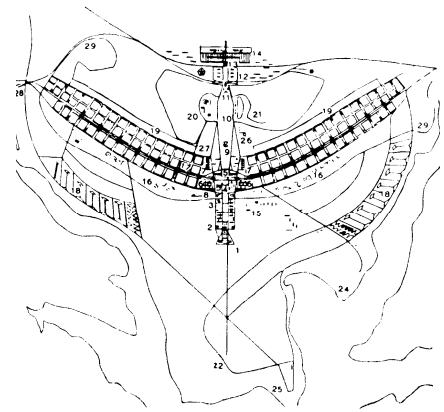
### Figura 01: Cidade de Goiânia

Brasília começou a ser construída perto da vila de Planaltina, atualmente uma das cidades satélites, embalada pelo “discurso desenvolvimentista” de “conquista do território” e “interiorização do desenvolvimento” e “integração nacional”. O arquiteto Lúcio Costa marcou com uma cruz, símbolo tanto do catolicismo barroco como da dominação militar do território, o terrapleno próximo ao Lago Paranoá. Um avião, como bem dizia Lúcio Costa, com suas asas voltadas para o norte e sul destinadas as superquadras habitacionais e o corpo do avião eixo dos três poderes, das autarquias públicas, dos setores comercial e bancário, que cruza com as asas na grande plataforma rodoviária. (Figura 02)

No artigo “Brasília: Permanências e Metamorfoses” de Maria Elaine Kohlsdorf, Gunter Kohlsdorf e Frederico de Holanda, os autores abordam o processo de ocupação territorial do Distrito Federal, com ênfase nos tipos mórficos urbanos, desde a inauguração da capital brasileira. A ocupação de Brasília, segundo os autores, revela a outra face do urbanismo moderno, que a torna polinucleada e com um mosaico morfológico (moderno x vernacular) frutos das invasões populares e do modernismo periférico.



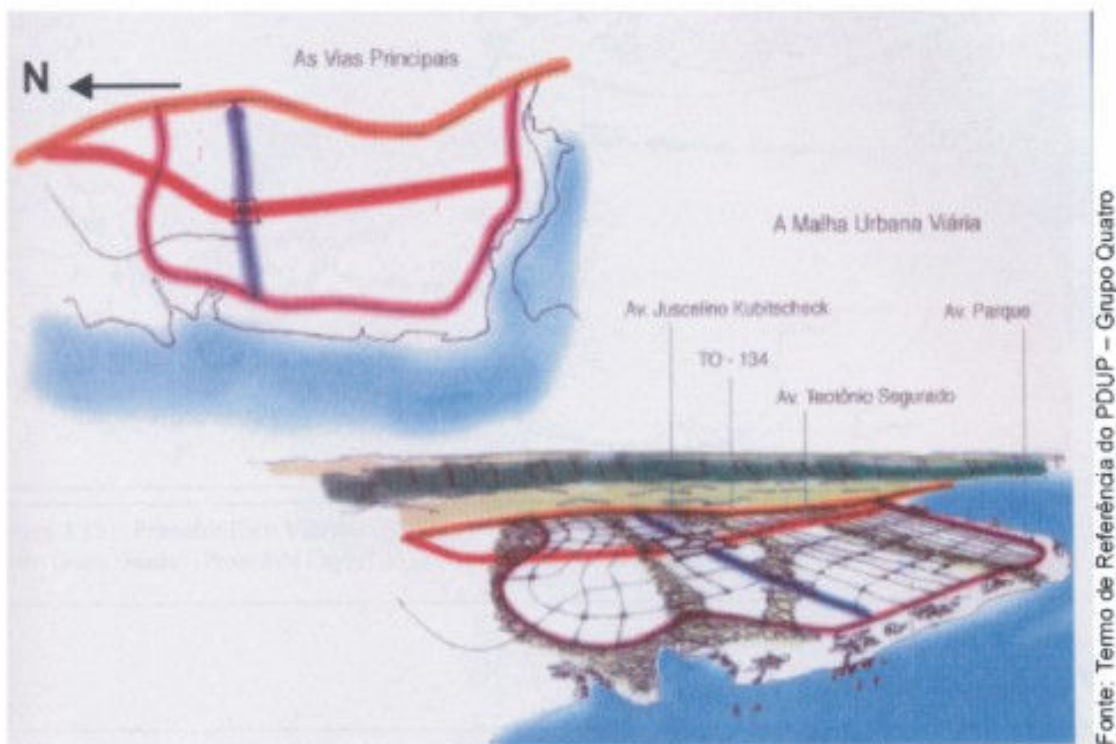
Fonte: F. Holanda



[www.arkitekturbo.arq.br/modern\\_brasil\\_por.html](http://www.arkitekturbo.arq.br/modern_brasil_por.html)

**Figura 02: Cidade de Brasília**

O projeto de Palmas representa também uma concepção moderna com bases marcantes nos ideais urbanísticos de Le Corbusier, nos princípios da carta de Atenas, nas cidades-jardins howardianas. O plano dá ênfase a cidade sustentável, buscando a integração do meio ambiente local com o sistema viário proposto<sup>3</sup>. De acordo com o plano inicial, a cidade também era para ser ocupada gradualmente, mas o processo especulativo imobiliário promovido pelo Estado, através de doações e leilões de áreas públicas vem permitindo uma ocupação dispersa e desorganizada da área urbana planejada. A concentração de quadras inteiras na mão de empreiteiras e a atuação do governo em preservar o capital imobiliário, fizeram com que fosse institucionalizada uma área fora do plano original para abrigar o contingente populacional desfavorecido. (MORAES, 2003, p.140) (Figura 03)



**Figura 03: Projeto de Palmas**

## **A ideologia política de Palmas**

O mais jovem Estado do Brasil, Tocantins, foi desmembrado do Estado de Goiás em 05 de outubro de 1988, por meio da constituição brasileira. Recém criado, a sua sede provisória ficou em Miracema passando para sua sede definitiva (Palmas) em 01 de Janeiro de 1990.

A história de criação do Tocantins assemelha muito a história de Brasília, mas, em escalas diferentes, uma regional e a outra nacional. Frederico Holanda (2002), em seu livro, “Espaço de Exceção”, interpreta historicamente Brasília como a materialização do sistema político-econômico da época, consolidando a idéia de “nação” acima das classes e a idéia da independência em face da crescente influência da região Sudeste na economia e na estrutura de poder do país (HOLANDA, 2002, p. 298). O Tocantins é o resultado das forças regionais políticas em dinamizar “economicamente”<sup>4</sup> a porção norte do Estado de Goiás, que vinha até então, à margem da distribuição de recursos técnicos e financeiros, havendo realmente uma clivagem social e econômica entre as duas porções do Estado de Goiás.

Iniciada em 1989, na margem direita do rio Tocantins, a construção da cidade objetivava, segundo seus idealizadores, equilibrar, em termos geográficos, o crescimento econômico do Estado, articulando as áreas mais desenvolvidas a sul e a norte da Rodovia Belém-Brasília, com as regiões estagnadas e ainda por desenvolver da parte leste do Estado (Kran apud VIDAL e SOUZA, 1992). Assim, a posição central de Palmas no Estado do Tocantins não é apenas geográfica, mas também econômica, política e cultural. A cidade passou a reunir em torno de si boa parte da especificidade sócio-cultural do Tocantins, além de, aparentemente, ser o centro ou o foco principal da entrada do Estado, recém-emancipado, em processos mais amplos de expansão capitalista. (KRAN, 2005, p.53) (Figura 04)

Contradizendo ao afirmado por um dos idealizadores do projeto urbanístico de Palmas, de que o território era ocupado por vacas, nos tempos de Goiás, este território pertencia ao município de Porto Nacional. Em 1991, sua população total era de 43.224 habitantes, sendo a terceira maior cidade do Tocantins, estando a sua frente Araguaína com 91.630 habitantes e Gurupi com 54.429 habitantes. A pecuária era a principal atividade econômica seguida da produção agrícola do arroz e milho.

A história de Porto Nacional tem início com as ricas minas de ouro situadas no antigo Arraial de Pontal do Carmo. Originalmente denominado Porto Real, no início do século XIX passou à categoria de vila, com o nome de Porto Imperial. Em 13 de julho de 1861, recebeu seu diploma de Cidade e, em 1890, teve o nome alterado para Porto Nacional. Porto Real representava o acesso para os sertões e destes para o Oceano Atlântico. Esse foi, durante dois séculos, o motivo de sua existência e importância relativa, inclusive para o surgimento de colégios e seminários desde o século XIX.<sup>5</sup> Durante décadas, Porto Nacional manteve lugar de destaque na cultura e na política goianas. Atualmente mantém certa liderança microrregional, mas passou a ser fortemente

polarizada por Palmas, perdendo uma histórica hegemonia urbana regional.<sup>6</sup> (Figura 05, 06, 07 e 08)

Na área escolhida para o estudo da nova capital já existiam três povoados, um localizado na margem do rio Tocantins, o povoado Canela<sup>7</sup>, o outro nos vales da Serra do Carmo, o distrito de Taquaruçu (Figura 09, 10 e 11), e o outro no entroncamento entre a estrada para Miracema e Taquaruçu, o distrito de Taquaralto.

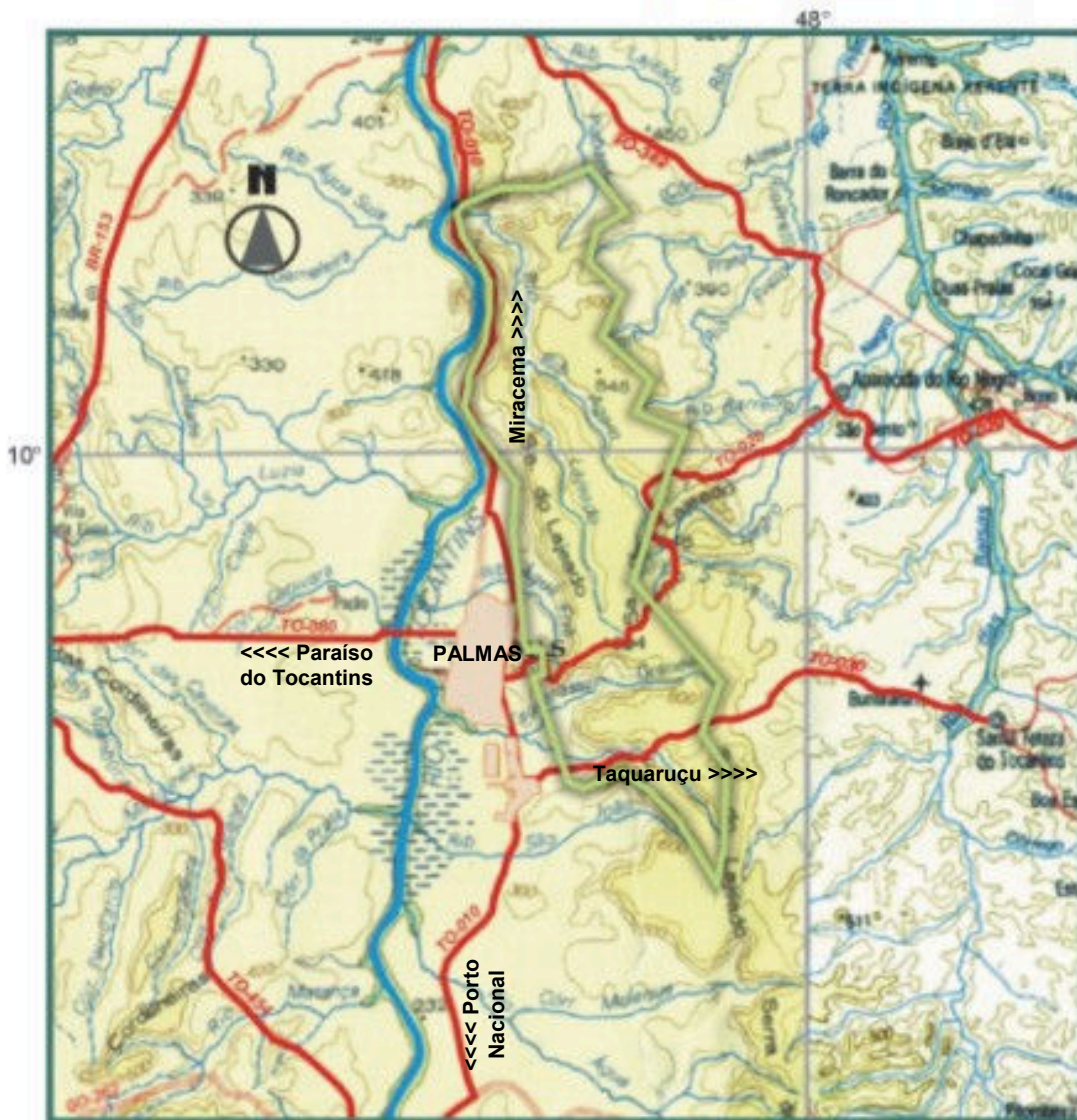
Nas décadas de 1950 e 1970, com a produção de arroz, milho e o óleo de babaçu, Taquaruçu passa a ser considerado “celeiro” do município de Porto Nacional, contribuindo com a prosperidade econômica da região através do abastecimento do próprio município e dos municípios de Miracema e Tocantínia.<sup>8</sup>

Com a abertura da BR – 153 (Belém – Brasília) na década de 1960 surgem no seu eixo núcleos urbanos, como Gurupi, Paraíso e Araguaína, que polarizaram comercialmente o norte goiano, respectivamente nas regiões sul, centro e norte do atual Estado do Tocantins. A construção da rodovia contribui com a perda da importância econômica do distrito de Taquaruçu, que culminou com a construção da ponte sobre o rio Tocantins na década de 70, ligando Porto Nacional a Rodovia.

Em 1988, com a criação do Estado do Tocantins, Taquaruçu consegue sua emancipação de Porto Nacional, passando a Taquaruçu do Porto, cedendo em 1990 o seu território para Palmas a capital do Estado. No período, com a instalação da capital, Taquaruçu, retorna a condição de distrito transferindo os seus direitos políticos e administrativos para a nova capital.

Muitos acreditavam na escolha de uma das cidades maiores, como Gurupi, Araguaína ou Porto Nacional para sediar a capital. Com a decisão de construir uma cidade nova, Siqueira Campos afirma a sua intenção de fazer construir uma cidade-capital no centro geográfico do Estado. A estratégia, além de procurar escapar das disputas políticas consolidadas nas três cidades, visava intervir sobre a organização do espaço territorial.

Ao negar a história e a herança cultural do povo tocantinense, a cidade afirma o Poder Central do Estado. Com a força de criação do Tocantins no espírito “Kubshequiano”<sup>9</sup>, o então governador, pois um ponto final nas lideranças políticas do movimento separatista do norte goiano, fortalecendo sua base política. Neste ponto, a localização da capital deveria ser neutra e afirmativa ao novo poder.



Fonte: SEPLAN

Figura 04: Localização de Palmas





Fonte: Plano Diretor de Porto Nacional

**Figura 05:** Vista aérea de Porto Nacional



**Figura 06:** Catedral de Porto Nacional

Fonte: Plano Diretor de Porto Nacional



**Figura 07:** Casario cidade histórica de Porto Nacional



**Figura 08:** Setor comercial de Porto Nacional



Fonte: Diagnóstico turístico de Taquaruçu

**Figura 09:** Vista aérea de Taquaruçu



Fonte: Diagnóstico turístico de Taquaruçu

**Figura 10:** Praça central de Taquaruçu



Fonte: [www.marionkaplan.com/lib](http://www.marionkaplan.com/lib)

**Figura 11:** Vida Urbana em Taquaruçu

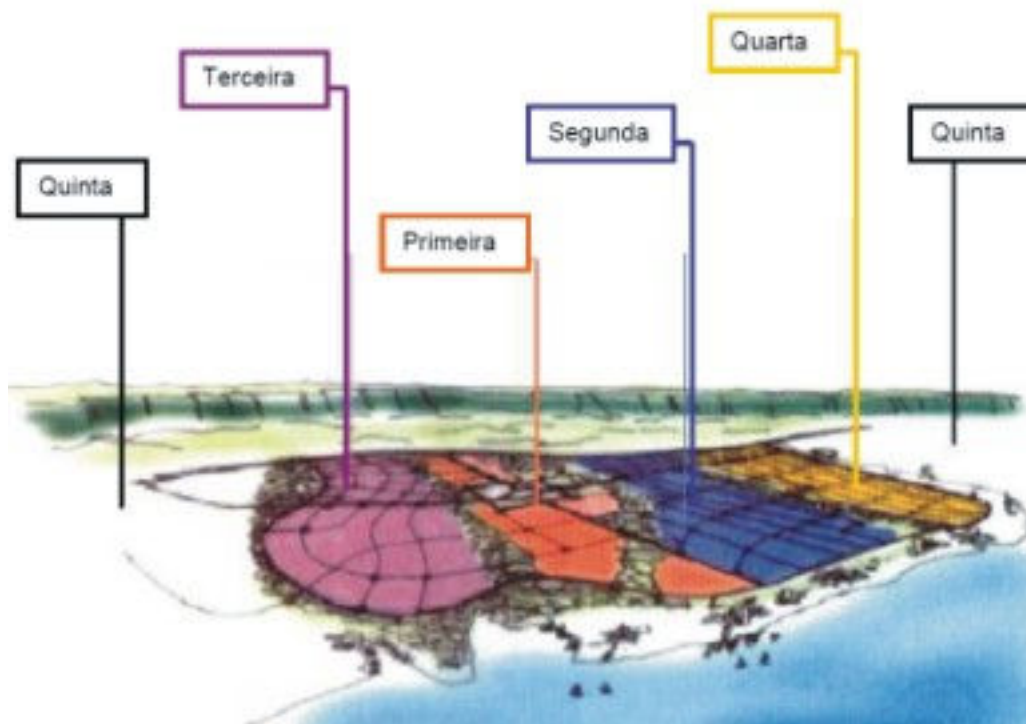
## A evolução urbana de Palmas

O sítio escolhido para sediar a capital se situa entre a margem direita do Rio Tocantins e a Serra do Lajeado, próximo ao antigo povoado do Canela. O projeto da nova capital (Figura 03) foi concebido para atender uma população de 1,2 milhão de habitantes distribuídos em uma malha ortogonal com quadras com dimensões entre 600 a 700m. As quadras, concebidas como unidades mórnicas distintas, são separadas por um sistema viário com rótulas em seu cruzamento com exceção do eixo principal N-S, Av. Teotônio Segurado. A praça dos Girassóis (praça administrativa composta pelas sedes dos três poderes e as secretarias estaduais) foi definida como marco referencial simbólico, localizado no ponto mais alto no cruzamento entre a Av. Teotônio Segurado (eixo N-S) e Av. JK (eixo L-O) (Figura 12), a primeira considerada eixo arterial de serviço e comércio urbano e a segunda como eixo arterial de serviços vicinais. (SILVA, 2003, P. 48)



**Figura 12:** Localização dos marcos referenciais do projeto de Palmas

O Plano Urbanístico inicialmente previa uma expansão controlada da marcha da urbanização (Figura 13). Uma vez aberto o sistema viário básico, as quadras seriam progressivamente implantadas como módulos, de acordo com a demanda por espaços, exigida pelo ritmo do crescimento urbano. Isso permitiria, em princípio, evitar a dispersão das frentes de urbanização pela área total prevista para abrigar a cidade, garantindo o aproveitamento racional e econômico da infra-estrutura de serviços públicos que avançaria “em ondas”. (KRAN, 2005, p. 57)



Fonte: Grupo Quatro

**Figura 13:** Etapas de ocupação de Palmas

A implantação integral do núcleo central, entre o córrego Brejo Comprido e o córrego Suçuapara, prevista para a primeira etapa de implantação do plano, permitiria abrigar uma população estimada de 200 mil habitantes nos primeiros dez anos de ocupação. Contudo, neste período, Palmas apresenta uma taxa de crescimento populacional de 9,2%, atingindo em 2.000 uma população urbana de 137.355 habitantes. Desse total, 132.765 habitantes residem na sede urbana do município que corresponde à sede administrativa e aos bairros do entorno de Taquaralto.<sup>10</sup>

A intervenção do Estado fez com que a cidade tivesse duas frentes de ocupação a central e a sul (Figura 14). O Estado detentor das terras públicas da capital, incentiva à formação de bairros para a baixa renda fora da área contemplada pelo plano urbanístico. Os bairros surgem no entorno de Taquaralto, situado a 17 km de distância da praça dos Girassóis no sentido sul. Em 2006, a região sul já abrigava 70% da população urbana.

A interrupção da estratégia de ocupação ordenada deu-se da seguinte forma: os mecanismos de formação do preço e de acesso a terra no núcleo central empurraram a maioria da população de baixa renda para a região de expansão sul, no entorno do antigo distrito de Taquaralto. Como resultado desse processo de urbanização marginal, começaram a acontecer invasões em áreas públicas e privadas, áreas industriais e de preservação ambiental”. (KRAN, 2005, p.61)

O processo de construção da cidade de Palmas baseou-se na formação de uma elite, estruturada a partir da concentração de terras urbanas e da centralização política, institucional, estrutural e econômica. O modelo de ocupação da cidade tende à formação de vazios ou de “espalhamentos” urbanos, que, podem ocorrer em consequência de dois processos: baixas densidades em zonas

residenciais, resultantes de grandes lotes individuais; e descontinuidade na ocupação do solo urbano, onde parcelas (lotes) ficam, a princípio, sem uso, sendo utilizadas mais tarde, quando zonas mais distantes forem ocupadas. (KRAN, 2005, p.55)

Desta forma, a ocorrência dos vazios urbanos contribui para aumentar o ônus que recai sobre a população de baixa renda, na medida em que dificulta e encarece o acesso a uma adequada infra-estrutura. Entretanto, diferentemente dos padrões de outras cidades-capitais, cujo processo de exclusão e periferização se dá pela expansão “desordenada e não planejada” do tecido urbano e por pressões posteriores do mercado imobiliário, em Palmas, similarmente ao que ocorreu no Distrito Federal, a expansão periférica e a segregação sócio-espacial foram instituídas pelo próprio poder público, num processo legitimado através de legislações urbanísticas, de políticas de ocupação e, indiretamente, pelos investimentos em infra-estrutura e serviços urbanos. (KRAN, 2005, p.56)

O abandono do processo de ocupação planejada teve como uma de suas conseqüências a geração de grandes espaços vazios dentro da malha urbana configurada pelo plano básico de urbanização de Palmas, além da conseqüente ocupação desordenada das quadras predominantemente da parte sul da cidade. A frente desse processo o mercado imobiliário e o próprio poder público com a intenção de promover reserva de terra na área central da cidade.

Neste contexto, a área de expansão sul, Taquaralto e bairros do entorno, evoluem a sombra do modernismo excludente. Contraditória a proposta de uma sociedade sem classe definida pelo urbanismo moderno de Le Corbusier, Taquaralto, cresce em ritmo acelerado. As ruas de usos múltiplos convivem com a circulação de pedestres, veículos e ciclistas. Nelas há encontros freqüentes de pessoas. Mesmo distante do centro de emprego, os bairros são dinâmicos e a paisagem urbana assemelha as cidades vernáculas do Brasil rural.



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento urbano e Habitação, 2004.

**Figura 14:** Mapa da área urbana de Palmas

## **A área projetada**

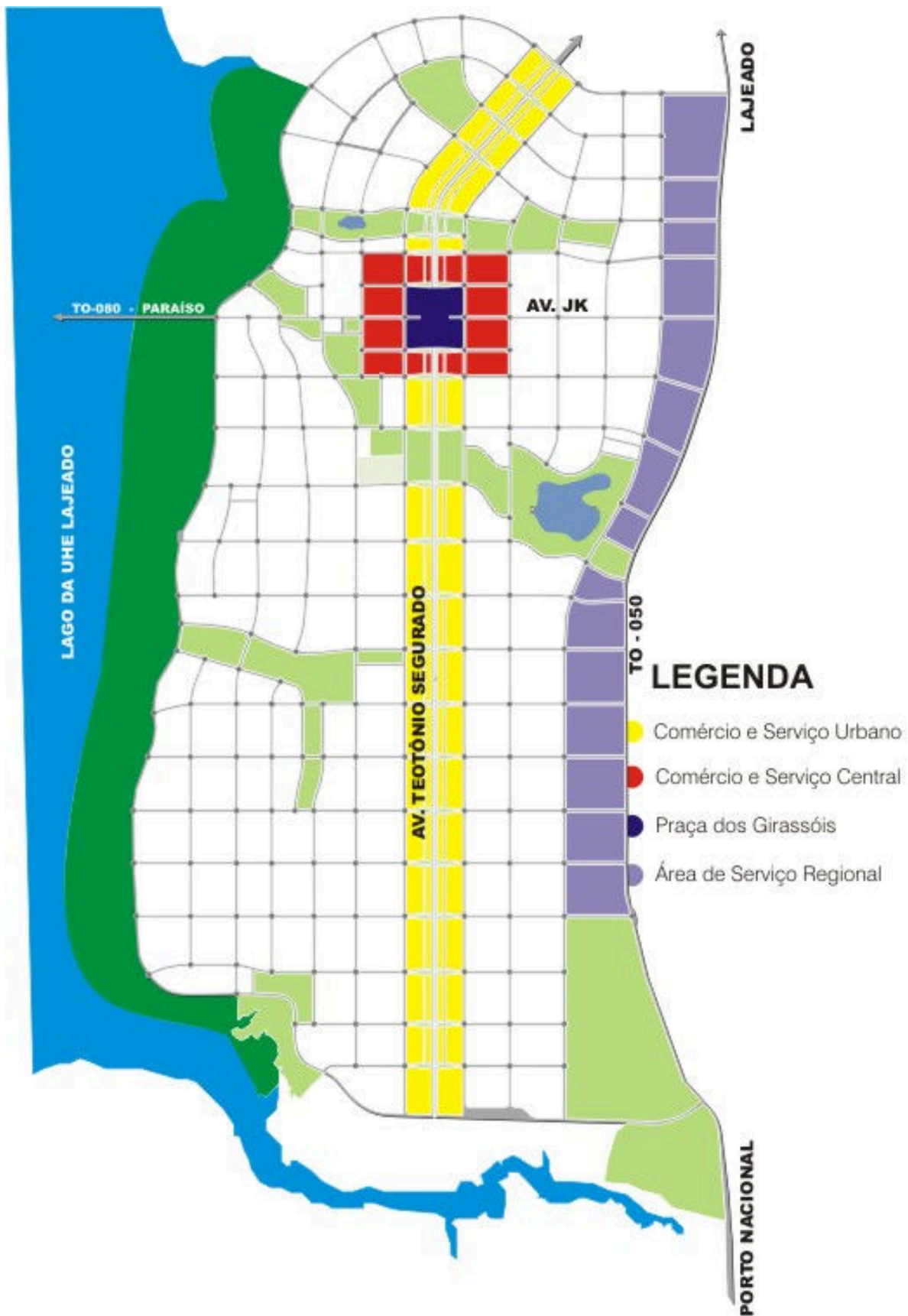
Quanto à divisão espacial, o projeto urbanístico de Palmas contempla a definição de macro-zonas destinadas aos usos comerciais, residenciais, institucionais e de serviço. A cidade é marcada pelos dois eixos no sentido N-S e L-O, comentado acima, que se cruzam na praça administrativa, sede do poder estadual. Em cada quadrante foram definidas as zonas comerciais, residenciais e de serviço. Os quadrantes são constituídos por quadras, formando cada quadra uma parte da colcha de retalhos do tecido urbano. (Figura 15)

Na nomenclatura inicial, os quadrantes foram identificados de acordo com os pontos cardeais: noroeste, nordeste, sudeste e sudoeste. Na proposta do macro-projeto cada quadra teria identidade própria, seu projeto seria desenvolvido quando houvesse a necessidade de loteá-la. Entretanto, estariam sujeitas às restrições urbanísticas e de uso do solo impostas pelas leis de parcelamento e de uso do solo. (Figura 16)

As conexões das células (quadras) são através das vias artérias que interceptam, perpendicularmente, os dois grandes eixos, formando uma malha ortogonal entre a Serra do Lajeado e o Lago de Palmas. Não há uma aglutinação dessas células, havendo uma clivagem sócio-espacial entre elas. As quadras se voltam para o seu interior e ficam de costas para a cidade formando espaços cegos internamente, na disposição de ruas sem saída, e externamente, no contorno das quadras. Tal disposição caracteriza a paisagem urbana de Palmas em um grande espaço de muros, que são barreiras para a permeabilidade do pedestre no tecido urbano. (Figura 20)

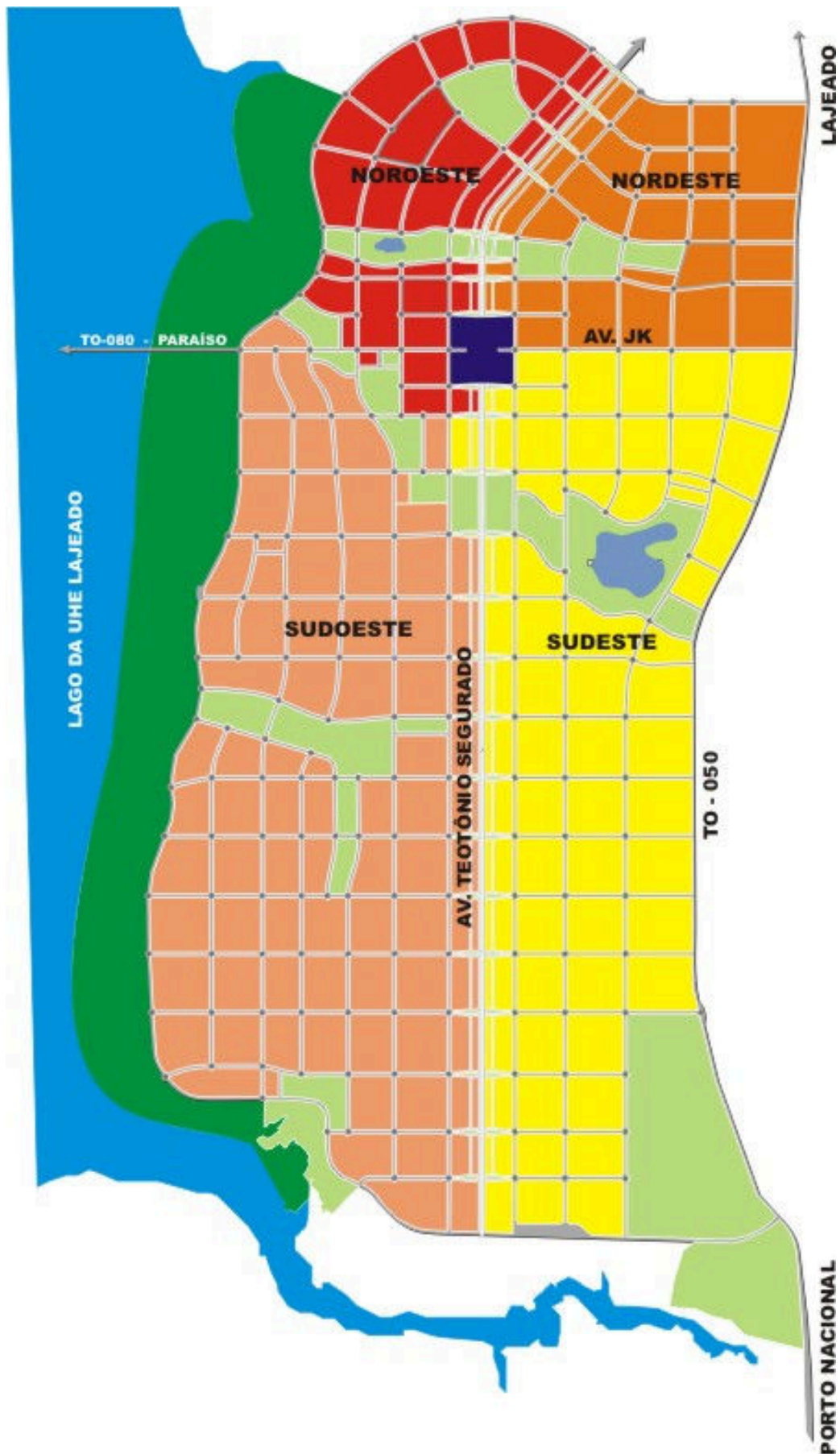
A área planejada de Palmas é constituída por 235 quadras, configuradas como células independentes. Deste total, 08 são destinadas ao uso administrativo, 14 ao comércio, 32 ao serviço urbano, 12 ao serviço regional, 17 ao lazer e à cultura, 22 a área verde e 125 ao residencial.

Os oito setores definidos pelo tipo de uso formam uma extensa área contínua, constituindo macro-zonas. Ao longo da Av. Teotônio Segurado estão os usos administrativos e de serviço urbano. As quadras comerciais possuem duas posições no tecido urbano, oito delas contornam a Praça dos Girassóis, local destinado ao uso administrativo, e as demais localizam nas proximidades da Av. Teotônio Segurado na posição central da zona sul da cidade. O serviço regional segue o limite urbano com a TO-050. O lago é margeado pelas áreas de lazer e cultura. As áreas verdes acompanham os córregos Taquaruçu Grande, Prata, Brejo Cumprido e Suçuapara. (Figuras 17, 18, 19 e 20)



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento urbano e Habitação, 2004.

**Figura 15:** Mapa de uso do solo urbano de Palmas



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento urbano e Habitação, 2004.

**Figura 16:** Divisão de Palmas em quatro quadrantes



Frederico Holanda



**Figura 17:** Avenida Teotônio Segurado

Frederico Holanda



**Figura 18:** Avenida Juscelino Kubtcheque

Frederico Holanda



**Figura 19:** Praça dos Girassóis

Frederico Holanda



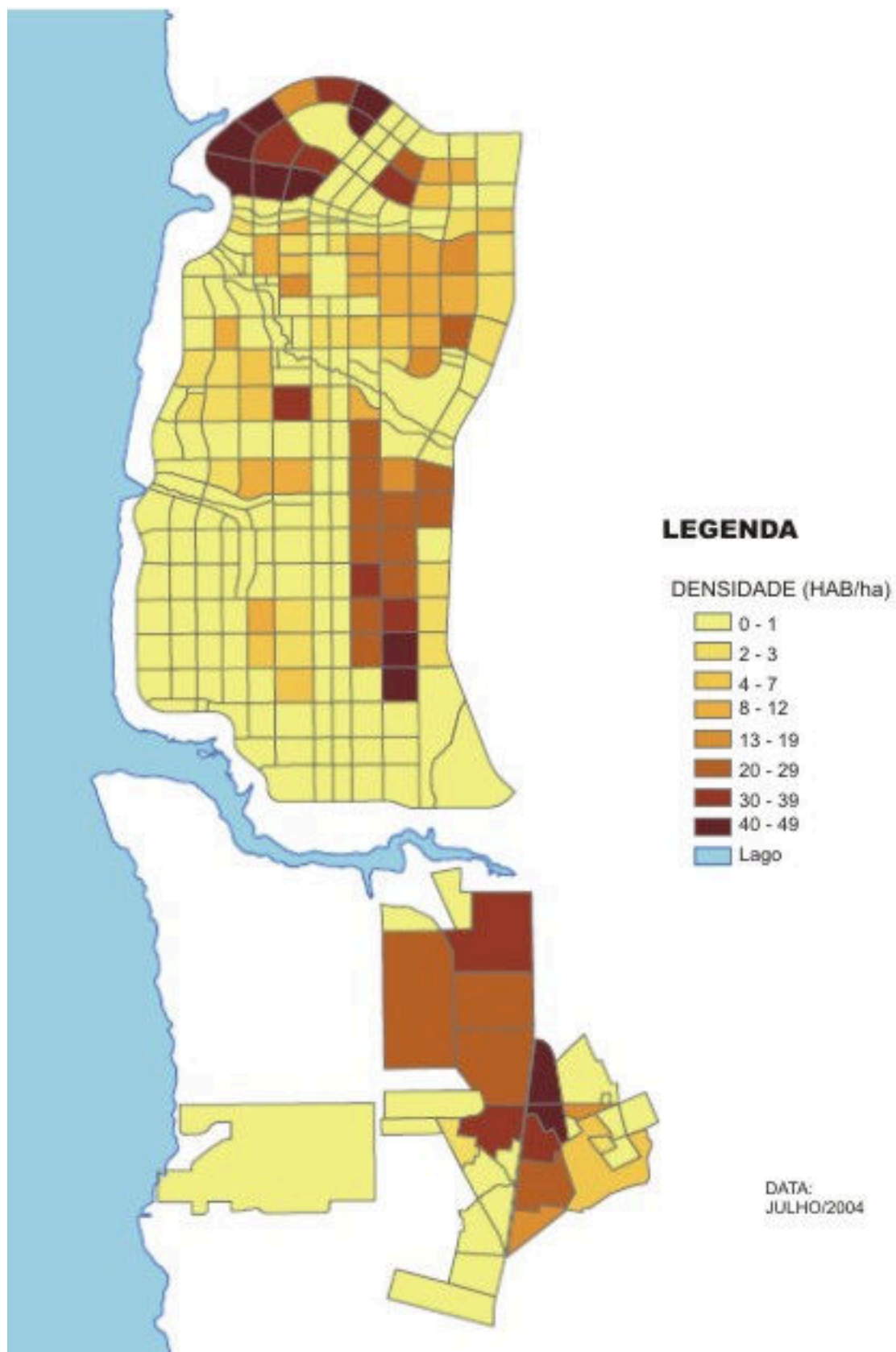
**Figura 20:** Interior das quadras

De acordo com o demonstrado no quadro 01, do total de quadras destinadas ao uso residencial, 63,20% já foram parceladas. Deste total, a ARSE tem o maior percentual de participação cerca de 36,70%, seguida da ARSO 34,17%, ARNO 15,19% e ARNE com 13,92%. Ao verificarmos o percentual de quadras abertas com o percentual de ocupação esta ordem inverte, sendo que a ARNO passa para a primeira posição com 81,51% de ocupação, seguida pela ARSE com 26,67%, a ARNE com 20,15% e a ARSO com 12,86%.<sup>11</sup> (Figura 22)

**Quadro 1: Relação das áreas residenciais com o percentual de quadras parceladas e o percentual de ocupação**

	Nº total de quadras	Nº de quadras parceladas	Percentual de quadras parceladas	Percentual de ocupação das quadras
<b>ARNO</b>	17	12	70,58%	81,51%
<b>ARNE</b>	14	11	78,57%	20,15%
<b>ARSO</b>	62	27	43,54%	12,86%
<b>ARSE</b>	32	29	90,62%	26,67%
<b>TOTAL</b>	<b>125</b>	<b>79</b>	<b>63,20%</b>	<b>35,29%</b>

Fonte: Dados 2003 da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Palmas-TO.



**Figura 22:** Mapa da densidade demográfica em Palmas

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento urbano e Habitação, 2004.

De modo geral, o percentual de ocupação das quadras é baixo, inferior a 50%. Conforme os dados apresentados, há uma quantidade expressiva de lotes não ocupados no interior das quadras e de quadras ainda não ocupadas dentro da área projetada. Como pode ser observado no mapa da densidade urbana de Palmas (figura 22), a Palmas planejada possui mais vazios urbanos que a área de expansão sul, que tem nos dois maiores bairros, Jardim Aurenny e Taquaralto, uma taxa de ocupação de 97,20%, sendo que nos novos bairros adjacentes a estes, a baixa ocupação se mantém.

### **A área de expansão sul**

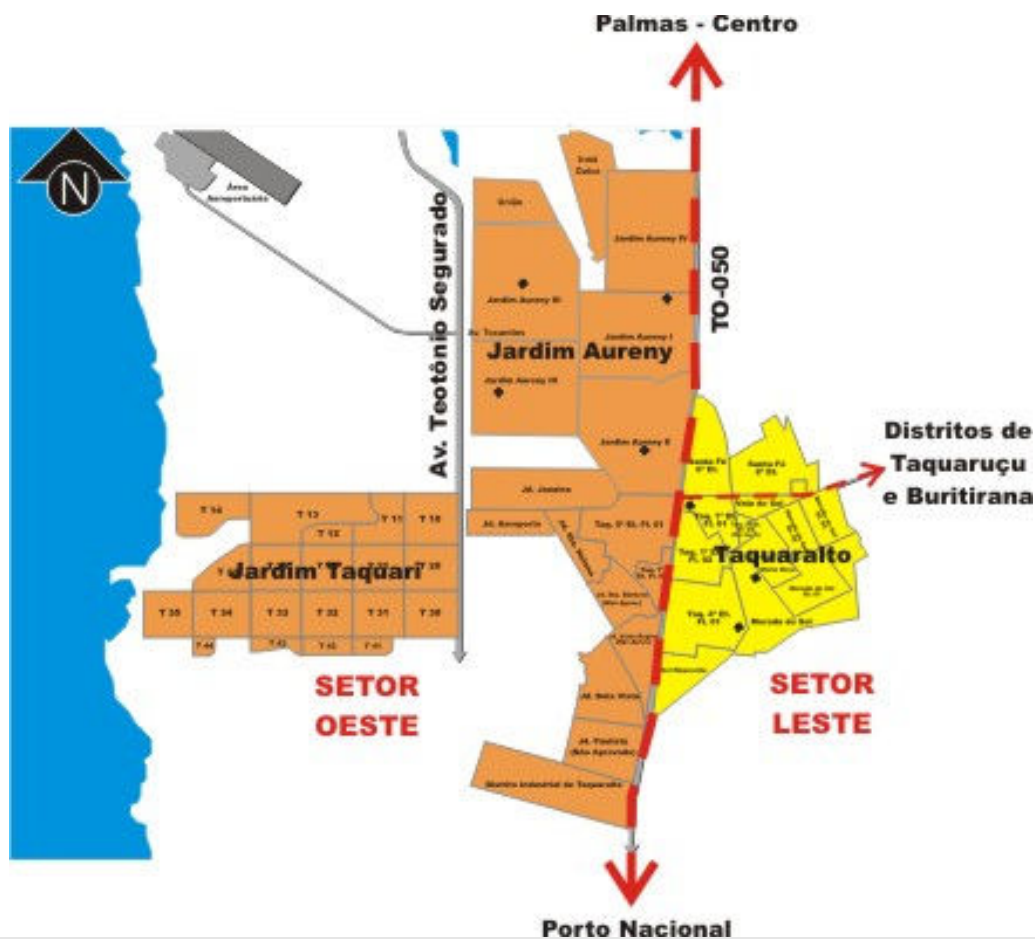
A região de expansão sul é dividida pela rodovia estadual TO-050 que liga Palmas a Porto Nacional e limita-se a leste com a Serra do Lajeado e a oeste com o Lago artificial formado pelo represamento do Rio Tocantins pela Usina Hidrelétrica de Lajeado. A rodovia a divide em duas áreas, que juntas possuem um total de 17 setores<sup>12</sup>. (Figura 23)

Com exceção dos setores Jardim Aurenny's I, II, III e IV e Jardim Taquari, todos os demais possuem traçados irregulares. A disposição irregular deve-se a expansão gradual dos setores, cada proprietário de gleba urbana vai parcelando à medida que a cidade avançava em direção a suas terras. Os loteadores eram os próprios chacareiros de Taquaralto.

De encontro com o crescimento do distrito, devido ao baixo valor agregado do imóvel urbano, o governo, com a criação dos quatro setores do Jardim Aurenny, fomenta a ocupação na área de expansão sul, antes mesmo que estivesse ocupado a Palmas planejada. A sua proposta de urbanização traz os mesmos elementos do micro-parcelamento das quadras da área do plano urbano de Palmas, estabelecendo a forte tendência tipológica para o ordenamento territorial da capital.

Ao passar dos anos, esta ideologia ainda é mantida pelo poder público. Ao invés de ocupar o extenso vazio urbano entre Palmas e Taquaralto, cria o setor Jardim Taquari a uma distância de 25 km do centro de Palmas, a 6,20 km do centro de Taquaralto e a 5,60 km do centro dinâmico do Jardim Aurenny.

Os dois setores, Taquaralto e Jardim Aurenny, são muito importantes para a dinâmica econômica da área de expansão sul. Juntos representam 38% da população de Palmas e 68% da região. É na Av. Tocantins, em Taquaralto, que se concentra o comércio e serviço. Em sua proximidade, estão dispostos os principais serviços e equipamentos urbanos de atendimento a população. E no Jardim Aurenny, na via arterial, também denominada Av. Tocantins, que liga a TO-050 ao Aeroporto, concentra-se as atividades comerciais e de serviço, a feira coberta e mercado municipal que atende toda região de expansão sul (espaço bastante utilizado pela população), bem como, dois dos três terminais da região e o parque urbano João do Vale com equipamentos e infra-estrutura de lazer ao lado do balneário no córrego Machado.



**Figura 23:** Setor de expansão sul

Fonte: SIG / IPUP – adaptado por R. Vasconcellos

### **Conclusão: Projeto e destino**

Para ignorar a existência de princípios históricos e culturais do povo tocantinense, reforçado pelo poder central, totalitário e autoritário do Estado, os idealizadores, ao adotar o zoneamento, o sistema viário pensado para o veículo automotor, o espaço simbólico da Praça dos Girassóis, a ocupação rarefeita e a destinação da população de baixa renda para fora dos limites da cidade, buscam na carta de Atenas os princípios para a construção da identidade do Estado Novo. Ao adotá-los, os idealizadores fecharam os olhos para a discussão mundial sobre o caos urbano provocado pela adoção dos preceitos modernistas, os quais já haviam sido revistos na Carta de Machu Pichu, formulada 13 anos antes a construção de Palmas.

A carta de Machu Pichu traz para o campo das discussões as questões relativas ao zoneamento das cidades, ao planejamento urbano e regional, a flexibilidade da forma urbana, a acessibilidade e a expansão articulada da área urbana e reconhece que a cidade não pode ser constituída por setores, sugerindo que o ideal é se criar uma integração polifuncional e contextual.

Aos que acreditavam no território ocupado por vacas, o espaço fragmentado, disperso e segregado que forma a cidade, atende bem ao seu manejo, mantendo o padrão genético por meio da criação de raça pura em piquetes.

## Nota:

<sup>1</sup> O projeto de Palmas foi idealizado pelo Grupo Quatro, escritório goiano que continha na sua equipe os arquitetos Walfredo Antunes e Luiz Fernando Cruvinel.

<sup>2</sup> Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

<sup>3</sup> O modelo de cidade sustentável adotado pelo plano prevê a preservação dos corpos hídricos na abertura das vias, ou seja, ignora o tripé da sustentabilidade (ambiental, social e econômica) e atende parcialmente o quesito ambiental.

<sup>4</sup> O certo seria afirmar: autonomia política e divisão de poder local.

<sup>5</sup> SEPLAN. Plano Diretor de Porto Nacional, 2005, pp.27 e 28.

<sup>6</sup> Idem, Ibidem, pp. 29 e 30.

<sup>7</sup> O povoado canela foi totalmente removido após a construção da barragem da usina Hidrelétrica do Lajeado e formação do Lago de Palmas.

<sup>8</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. Agência de Meio Ambiente e Turismo. Diagnóstico Turístico do Distrito de Taquaruçu. Palmas, TO, 2001. p.10.

<sup>9</sup> Expressão do próprio autor.

<sup>10</sup> Censo demográfico 2000 IBGE.

<sup>11</sup> Dados 2003 da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação de Palmas-TO.

<sup>12</sup> Os setores a leste da rodovia (Área Urbana Prioritária II - AUP II), um total de 6, são: Taquaralto, Santa Fé, Sol Nascente, Morada do Sol, Vale do Sol e Maria Rosa. E os setores a oeste (Área Urbana Prioritária I - AUP I), total de 11, são: parte do setor Taquaralto, Jardim Aurenys I, II, III e IV, Jardim Aeroporto, Jardim Janaína, Jardim Santa Helena, Jardim Santa Bárbara, Jardim Sônia Regina, Jardim Paulista e Jardim Taquari.

## Referência bibliográfica

CARTA DE ATENAS. In: <http://vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio02.asp>, acessado em 24/03/2008.

CARTA DE MACHU PICHU. In: <http://vitruvius.com.br/documento/patrimonio/patrimonio02.asp>, acessado em 24/03/2008.

HOLANDA, Frederico de. O espaço de exceção. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KOHLSDORF, M<sup>a</sup> Elaine e Gunter, HOLANDA, F. "BRASÍLIA: PERMANÊNCIAS E METAMORFOSES". Disponível em: <htm//[www.unb.br/fau/planodecurso/graduacao/morfologia/brasil.doc](http://www.unb.br/fau/planodecurso/graduacao/morfologia/brasil.doc)> Acessado em jun. 2007.

KRAN, Faida Sandreanny. Qualidade de vida na cidade de Palmas – TO: uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. Palmas-TO: 2005. Dissertação de Mestrado em Ciências do Ambiente. UFT. (não publicado).

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE. Censo demográfico 2000.

MORAES, Lúcia Maria. A Segregação Planejada: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Editora UCG. 2<sup>o</sup> Edição, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS. Agência de Meio Ambiente e Turismo. Diagnóstico Turístico do Distrito de Taquaruçu. Palmas, TO, 2001.

SEPLAN. Plano Diretor de Porto Nacional, 2005.

SILVA, Luiz Otávio Rodrigues. Formação da Cidade de Palmas de Tocantins. Brasília: 2003. FAU/UnB.